

Companhia Portuária

Baía de Sepetiba

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



Companhia Portuária Baía de Sepetiba - Demonstrações Financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita líquida de serviços prestados	
4. Custos de serviços	
5. Outras despesas operacionais, líquidas	
6. Resultado financeiro	
7. Tributos sobre o lucro	
8. Caixa e equivalentes de caixa	
9. Contas a receber e fornecedores	
10. Almojarifado	
11. Tributos a recuperar	
12. Imobilizado, intangível e arrendamento	
13. Processos judiciais	
14. Patrimônio líquido	
15. Partes relacionadas	
16. Classificação dos instrumentos financeiros	
17. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	19



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Portuária Baía de Sepetiba

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Portuária Baía de Sepetiba em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



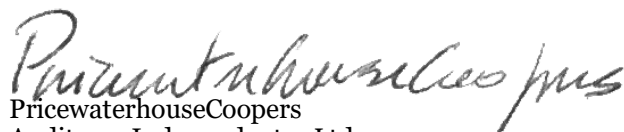
Companhia Portuária Baía de Sepetiba

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita líquida de serviços prestados	3	503.390	524.357
Custo de serviços	4	(310.505)	(288.793)
Lucro bruto		192.885	235.564
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais, líquidas	5	(1.717)	(17.268)
Lucro operacional		191.168	218.296
Receitas financeiras	6	12.069	4.994
Despesas financeiras	6	(25.126)	(23.816)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		178.111	199.474
Tributos sobre o lucro	7		
Tributo corrente		(64.194)	(46.707)
Tributo diferido		5.151	(20.014)
		(59.043)	(66.721)
Lucro líquido do exercício		119.068	132.753
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,73	0,82

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	119.068	132.753
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	119.068	132.753

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		178.111	199.474
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	12	145.575	126.301
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		26.169	25.595
Baixa de ativos	12	798	2.084
Provisão (reversão) para processos judiciais	5	(2.070)	3.834
Crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento	12	(13.342)	(11.786)
Outros		(1.015)	(709)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		(6.614)	24.014
Almoxarifado		7.149	(4.857)
Tributos a recuperar		(23.943)	(30.865)
Fornecedores		2.555	2.603
Arrendamento (juros)	12	(20.685)	(23.549)
Salários e encargos		515	2.209
Tributos a recolher		20.636	25.173
Provisão para contingência		(250)	(1.162)
Outros ativos e passivos, líquidos		(1.523)	226
Caixa proveniente das atividades operacionais		312.066	338.585
Impostos pagos		(49.538)	(59.161)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		262.528	279.424
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	12	(29.886)	(36.320)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(29.886)	(36.320)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamento (principal)	12	(91.582)	(154.257)
Dividendos pagos aos acionistas	14(d)	(128.756)	(120.559)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(220.338)	(274.816)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		12.304	(31.712)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		57.763	89.475
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		70.067	57.763
Transações que não envolveram caixa:			
Adição ao imobilizado - Arrendamento	12	(30.473)	(162.689)
Passivo de Arrendamento	12	30.473	162.689

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	70.067	57.763
Contas a receber	9	43.913	37.299
Almoxarifado	10	15.128	21.262
Tributos a recuperar	11	4.264	4.502
Outros		2.179	706
		135.551	121.532
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	11	8.700	6.370
Depósitos judiciais	13	929	900
		9.629	7.270
Intangível	12	134	175
Imobilizado	12	787.860	873.833
		797.623	881.278
Total do ativo		933.174	1.002.810
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	45.046	42.533
Arrendamento	12	137.651	137.207
Dividendos	14 (d)	59.534	66.377
Tributos sobre o lucro a recolher	7 (c)	15.918	3.135
Tributos a recolher		7.484	6.838
Salário a pagar		9.578	9.063
Outros		196	307
		275.407	265.460
Passivo não circulante			
Arrendamento	12	297.210	372.105
Mútuo com parte relacionada	15	48.694	43.080
Provisões para processos judiciais	13	1.548	3.854
Tributos diferidos sobre o lucro	7 (a)	97	5.248
		347.549	424.287
Total do passivo		622.956	689.747
Total do patrimônio líquido	14	310.218	313.063
Total do passivo e patrimônio líquido		933.174	1.002.810

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	162.730	32.546	26.791	-	72.589	-	294.656
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.753	132.753
Transações com acionistas:							
Alocação para reservas	-	-	(26.791)	51.411	(24.620)	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(47.969)	-	(47.969)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(66.377)	(66.377)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	66.376	(66.376)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162.730	32.546	-	51.411	66.376	-	313.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	119.068	119.068
Transações com acionistas:							
Alocação para reservas	-	-	-	3.997	(3.997)	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(62.379)	-	(62.379)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(59.534)	(59.534)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	59.534	(59.534)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.730	32.546	-	55.408	59.534	-	310.218

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade opera o Terminal Marítimo de Itaguaí ("terminal portuário"), localizado na Baía de Sepetiba, prestando serviços portuários de minério de ferro, que inclui desde a descarga do minério de vagões ferroviários até o carregamento em navios. Atualmente, a Sociedade presta serviços para a Vale S.A. (controladora) e terceiros.

Para as operações no terminal portuário, foi realizado em 1996 um contrato de arrendamento com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") por uma parcela fixa anual corrigida a cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance do terminal portuário.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale S.A. ("Vale").

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresenta capital circulante líquido negativo, entretanto, a Vale tem intenção de continuar a prestar apoio financeiro suficiente para a Sociedade manter sua capacidade operacional, de modo a cumprir as responsabilidades e obrigações contratuais a vencer, bem como exercer as atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico dos ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 03 de março de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera. Todas as operações são realizadas em reais.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 7 e 13.

3. Receita líquida de serviços prestados

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita bruta	587.044	611.495
Menos:		
Impostos sobre serviços	(83.654)	(87.138)
Total	503.390	524.357

As transações de receita de serviços foram realizadas com a Vale (parte relacionada).

Política contábil

A Sociedade presta serviços de operação e movimentação portuária para a Vale, onde o reconhecimento da receita ocorre no momento da prestação dos serviços. Dentre as atividades previstas em contrato, temos: descarga de vagões ferroviários, empilhamento, manuseio, quando necessário, carregamento de navios de minério de ferro da Vale destinado ao mercado externo e amostragem. A Sociedade entende que tais atividades não podem ser consideradas como obrigações de desempenho separadas, uma vez que a Vale não pode contratar os demais serviços de uma outra empresa, já que somente a Sociedade tem contrato firmado com a Companhia Docas do Rio de Janeiro para a utilização da área na forma de arrendamento.

4. Custo de serviços

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Pessoal	(19.244)	(20.115)
Material e serviço	(130.595)	(125.140)
Energia	(13.718)	(12.436)
Depreciação e amortização (i)	(134.146)	(116.642)
Arrendamento	(6.752)	(7.314)
Outros	(6.050)	(7.146)
Total	(310.505)	(288.793)

(i) O aumento refere-se basicamente ao aumento na amortização mensal do direito de uso do ativo arrendado da Sociedade, uma vez que foi realizada uma adição ao ativo em 2022 e 2021 (nota 12). Em 2022, inclui crédito de PIS e COFINS no montante de R\$ 11.429 (R\$ 9.608 em 2021).

5. Outras despesas operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Estudos e pesquisas	(214)	(3.055)
Reversão (provisão) para desvalorização de estoques	1.106	433
Baixa de ativos - nota 12	(798)	(2.084)
Reversão (provisão) para contingências - nota 13	2.070	(3.834)
Serviços contratados (i)	-	(8.250)
Custo na venda de material sucata	(1.393)	(930)
Despesas incentivadas	(1.506)	(369)
Outras receitas (despesas) operacionais	(982)	821
Total	(1.717)	(17.268)

(i) Valor refere-se a serviço de terceiro contratado para desmontagem do equipamento do sistema de peneiramento da Sociedade.

6. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (i)	(18.772)	(21.371)
Juros sobre mútuo	(5.613)	(1.902)
Despesas com PIS e COFINS	(563)	(232)
Outras	(178)	(311)
	(25.126)	(23.816)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	12.022	4.906
Variações monetárias e cambiais	47	72
Outras	-	16
	12.069	4.994
Resultado financeiro, líquido	(13.057)	(18.822)

(i) Inclui crédito de PIS e COFINS no montante de R\$ 1.913 (R\$ 2.178 em 2021).

7. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo tributário diferido		
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	526	1.310
Provisão para perda esperada	9.113	9.113
Participação nos resultados	1.634	1.649
Arrendamento (i)	(11.476)	(17.810)
Outros	106	490
Total do ativo tributário diferido	(97)	(5.248)
Ativo	11.445	12.620
Passivo	(11.542)	(17.868)
Total	(97)	(5.248)

(i) Juros sobre passivo, reversão do gasto e depreciação do arrendamento são considerados como base temporária para fins de apuração fiscal.

b) Reconciliação dos tributos sobre o lucro

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	178.111	199.474
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(60.558)	(67.821)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte e Programa do Alimento ao Trabalhador)	2.056	1.224
Outros ajustes	(541)	(124)
Tributos sobre o lucro	(59.043)	(66.721)

c) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	64.194	46.707
Compensações	(994)	(165)
Pagamentos	(47.282)	(43.407)
Total	15.918	3.135

Política contábil

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada pelo lucro real, com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros tributáveis futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	79	1.471
Aplicações financeiras	69.988	56.292
Total	70.067	57.763

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras no montante de R\$ 61.267 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e R\$ 8.721 na modalidade compromissada (R\$ 55.901 em CDB e R\$ 391 em compromissada em 2021), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

9. Contas a receber e fornecedores

	Nota	Contas a receber		Fornecedores	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Partes relacionadas	16	43.906	37.299	2.767	1.587
Terceiros		7	-	42.279	40.946
Total		43.913	37.299	45.046	42.533

O saldo de contas a receber com partes relacionadas refere-se às operações de serviços portuários com a Vale. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia inadimplência no contas a receber com partes relacionadas. As contas a pagar com parte relacionada refere-se a compra de energia elétrica e serviços administrativos e estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade possui R\$ 26.803 de recebíveis com a Companhia Docas do Rio de Janeiro (“CDRJ”) referentes a gastos de dragagem do porto, cuja responsabilidade de execução era da CDRJ. Este recebível está totalmente provisionado para perda em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O saldo de fornecedores terceiros refere-se, em sua maior parcela, a provisão de pagamento à CDRJ pelos embarques realizados no mês.

Política contábil

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para as contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial, exceto pela transação com a CDRJ que está totalmente provisionada para perda.

10. Almojarifado

O almojarifado é composto por peças de reposição de máquinas e equipamentos, utilizadas regularmente nos equipamentos de manuseio e embarque de minério de ferro para a prestação de serviços no montante de R\$ 15.128 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21.262 em 31 de dezembro de 2021).

11. Tributos a recuperar

Refere-se a créditos tributários originados nas prestações de serviços e compras de insumos.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições federais brasileiras	11.685	9.950
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar	1.236	879
Outros tributos a recuperar	43	43
Total	12.964	10.872
Circulante	4.264	4.502
Não circulante	8.700	6.370
Total	12.964	10.872

12. Imobilizado, intangível e arrendamento

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97.308	129.227	48.402	502.878	6.608	18.961	-	317.493
Adições ao arrendamento	-	-	-	162.689	-	-	-	162.689
Adições	-	-	-	-	-	36.320	-	36.320
Baixas	-	(15)	(8)	-	-	(2.061)	-	(2.084)
Depreciação	(4.013)	(8.220)	(8.828)	(103.872)	(1.337)	-	(31)	(126.301)
Transferências	10.061	(6.372)	4.728	-	1.356	(9.979)	206	-
Total	103.356	114.620	44.294	561.695	6.627	43.241	175	874.008
Custo	165.743	214.788	116.490	810.502	12.648	43.241	1.774	1.365.186
Depreciação e amortização acumulada	(62.387)	(100.168)	(72.196)	(248.807)	(6.021)	-	(1.599)	(491.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	103.356	114.620	44.294	561.695	6.627	43.241	175	874.008
Adições ao arrendamento	-	-	-	30.473	-	-	-	30.473
Adições	-	-	-	-	-	29.886	-	29.886
Baixas	-	(29)	-	-	-	(769)	-	(798)
Depreciação e amortização	(4.255)	(7.054)	(9.249)	(123.553)	(1.423)	-	(41)	(145.575)
Transferências	2.226	5.730	3.224	-	1.057	(12.237)	-	-
Total	101.327	113.267	38.269	468.615	6.261	60.121	134	787.994
Custo	167.969	219.762	119.713	840.975	13.639	60.121	1.774	1.423.953
Depreciação e amortização acumulada	(66.642)	(106.495)	(81.444)	(372.360)	(7.378)	-	(1.640)	(635.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.327	113.267	38.269	468.615	6.261	60.121	134	787.994

Os valores decorrentes da movimentação do passivo com arrendamento estão evidenciados abaixo:

	Saldos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	509.312	512.666
Adição (i)	30.473	162.689
Pagamentos	(112.267)	(177.806)
Crédito de PIS e COFINS	(13.342)	(11.786)
Juros	20.685	23.549
Saldo final do exercício	434.861	509.312

(i) No ano de 2022 e 2021, houve revisão dos valores provisionados devido a variação de valores das premissas determinadas pelo contrato de arrendamento para remuneração da CDRJ.

O passivo de arrendamento está apresentado no balanço patrimonial como "Arrendamentos" no circulante e não circulante. O acréscimo de juros reconhecido no resultado está descrito na nota 6.

Pagamentos mínimos anuais	2024	2025	2026	Total
Portos	127.780	126.435	61.906	316.121
Total	127.780	126.435	61.906	316.121

A tabela acima apresenta os valores das obrigações relacionadas ao contrato de arrendamento, não descontados e por data de vencimento. O passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial é mensurado ao valor presente destas obrigações.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

Arrendamento - No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, quando a Sociedade obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em contrapartida de uma contraprestação.

A Sociedade reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Sociedade. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

(i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Sociedade.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

13. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos ambientais, trabalhistas e tributários.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos trabalhista - A redução na provisão refere-se ao encerramento da ação cuja matéria era dano moral (R\$ 2.781 em 2021).

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processo ambiental - O passivo contingente ambiental refere-se, principalmente, à Ação Civil Pública movida contra a Sociedade em relação a materiais gerados pela escavação na área de estocagem do terminal portuário, no valor de R\$ 120.607 (R\$ 103.088 em 2021). Em 2022, a Sociedade reconheceu um passivo contingente ambiental referente à ação contra a Sociedade e demais empresas do porto de Itaguaí por possível poluição causada, no valor de R\$ 59.161.

Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Processos ambientais	178	153	182.614	105.643	-	-
Processos trabalhistas	1.370	3.701	44	1.703	516	512
Processos tributários	-	-	17.656	15.100	413	388
Total	1.548	3.854	200.314	122.446	929	900

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 162.730 correspondendo a 162.730.144 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

b) Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades por ações e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Uma vez que o limite foi atingido, não há mais constituição de reserva legal.

c) Reserva de investimento - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade. Em maio de 2021 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária a alocação de R\$ 24.620 do lucro líquido de 2020 para a Reserva de investimentos e a transferência de R\$ 26.791 da Reserva de lucros a realizar para a Reserva de investimentos, totalizando R\$ 51.411. Em junho de 2022 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária a destinação de R\$ 3.997 do lucro líquido de 2021 para a Reserva de investimentos.

d) Remuneração aos acionistas da Sociedade - Conforme alteração do estatuto social em 2017, a remuneração aos acionistas passou para 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas), sendo constituído a obrigação com os dividendos mínimos obrigatórios conforme abaixo.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	119.068	132.753
Dividendos mínimos obrigatórios	59.534	66.377
Dividendo adicional proposto (condicionado à aprovação em assembleia de acionistas)	59.534	62.379
Alocação para reservas	-	3.997
Remuneração total do exercício	119.068	132.753

Os dividendos registrados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 66.377 referem-se aos mínimos obrigatórios de 2021 e foram pagos em dezembro de 2022. Em junho de 2022 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante de R\$ 62.379 a título de dividendo adicional, também pagos em dezembro de 2022.

15. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de	
		2022	2021
Ativo circulante			
Contas a receber com partes relacionadas - Vale S.A.	9	43.906	37.299
Passivo circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas - Vale S.A.	9	2.767	1.587
Dividendos a pagar - Vale. S.A.	14	59.534	66.377
Passivo não circulante			
Mútuo com partes relacionadas - Vale S.A.		48.694	43.080

Em 2019, a Sociedade celebrou um contrato de mútuo com a Vale no montante de R\$ 40.000 a taxa de juros de 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) ao ano e a ser pago em até 5 anos em parcela única.

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita de serviço prestado - Vale S.A.	587.044	611.495
Custo do serviço prestado - Vale S.A.	(4.631)	(3.607)
Despesa financeira - Vale S.A.	(5.613)	(1.902)

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pela sua controladora, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

16. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	70.067	57.763
Contas a receber	43.913	37.299
Total dos ativos financeiros	113.980	95.062
Fornecedores	45.046	42.533
Arrendamento	434.861	509.312
Mútuo com parte relacionada	48.694	43.080
Total de passivos financeiros	528.601	594.925

Política contábil

A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

17. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Caso a Sociedade tenha dificuldade para liquidar seus compromissos, a Vale suprirá a defasagem de caixa.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Walter Carvalho Pinheiro Filho
Diretor

Sergio Ricardo Pinheiro de Leão
Diretor

Camilla Santos da Costa Carvalho
Diretora

Responsáveis Técnicos

Carlos Alberto Ferreira de Abreu
Contador
CRC-RJ 131214/O-7

Cecilia Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria